

NOMES DESCRITIVOS E PENSAMENTOS SINGULARES

[DESCRIPTIVE NAMES AND SINGULAR THOUGHTS]

Max Costa *

Universidade Federal do Paraná, Brasil

RESUMO: O objetivo deste texto é discutir uma tensão existente na filosofia da linguagem envolvendo nomes descritivos. Nomes descritivos são nomes introduzidos ou fixados na linguagem através de uma descrição definida. A disputa consiste em determinar se a introdução de um nome no discurso gera um novo pensamento singular, *i.e.*, um pensamento direto sobre objeto, que não é mediado por uma descrição definida. Gareth Evans (1982) acredita que nomes descritivos não são capazes de produzir pensamentos singulares, já David Kaplan (1989) acredita que sim, nomes introduzidos por meio de uma descrição geram novos pensamentos singulares. Vamos apresentar duas propostas de solução a essa tensão, as de Marga Reimer e de Recanati. Ambas se consideram tentativas de conciliação entre Evans e Kaplan. No entanto, eu irei argumentar que essas soluções não são reconciliadoras. Por último eu apresento uma noção de pensamento singular inspirada em Robin Jeshion (2010) e Imogen Dickie (2020), que estabelece o foco da atenção como fenômeno na base da formação de pensamentos singulares e explica como nomes descritivos podem gerar pensamentos diretos.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento singular; Arquivos mentais; *Acquaintance*; Cognição; Identificação e rastreamento.

ABSTRACT: The aim of this text is to discuss a tension in the philosophy of language involving descriptive names. Descriptive names are those introduced or fixed in language through a definite description. The debate centers on whether the introduction of a name into discourse generates a new singular thought, *i.e.*, a direct thought about an object that is not mediated by a definite description. Gareth Evans (1982) argues that descriptive names are incapable of producing singular thoughts, whereas David Kaplan (1989) contends that names introduced through a description do generate new singular thoughts. We will present two proposed solutions to this tension, those of Marga Reimer and Recanati. Both are considered attempts to reconcile the views of Evans and Kaplan. However, I will argue that these solutions are not truly reconciliatory. Lastly, I introduce a notion of singular thought inspired by Robin Jeshion (2010) and Imogen Dickie (2020), which establishes the focus of attention as the foundation for the formation of singular thoughts and explains how descriptive names can generate direct thoughts.

KEYWORDS: Singular thought; Mental files; Acquaintance; Cognition; Identification and tracking.

* Max William Alexandre da Costa é doutor em filosofia pela UFPR. Vem desenvolvendo há quase dez anos uma investigação sobre pensamentos singulares e cognição, como base para a compreensão da semântica de nomes próprios e outros aspectos da linguagem. Tem como principais interesses: semântica, teoria da referência, ciências cognitivas e computação. Gosta muito de animais, e de estudar na companhia deles. E-mail: maxwcosta83@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Existe uma discussão em filosofia da linguagem envolvendo nomes descritivos. Nomes descritivos são nomes introduzidos ou fixados na linguagem através de uma descrição definida. Como no caso ilustrado por Evans (1982), onde ouvimos sobre *o inventor do zíper*, e no meio da conversa alguém apresenta o nome “Julius” para substituir a descrição. Esse é um caso onde o nome “Julius” é introduzido por meio de uma descrição definida, “o inventor do zíper”. A disputa consiste em determinar se a introdução de um nome no discurso gera um novo pensamento singular, *i.e.*, um pensamento direto sobre o objeto, que não é mediado por uma descrição definida. Cada um dos lados dessa disputa possui grandes nomes em sua defesa. Gareth Evans (1982) acredita que nomes descritivos não são capazes de produzir pensamentos singulares, já David Kaplan (1989) acredita que nomes introduzidos por meio de uma descrição geram novos pensamentos singulares. Vamos apresentar o argumento de cada um desses filósofos. Em seguida, vamos analisar duas propostas de solução a essa tensão, a solução de Marga Reimer (2020) e de Recanati (2012), ambas tentativas de conciliação entre Evans e Kaplan. No entanto, eu argumento que essas soluções não são reconciliadoras e trazem mais problemas do que solucionam. Por último eu apresento uma noção de pensamento singular inspirada em Robin Jeshion (2012) e Imogen Dickie (2020), que não faz da *acquaintance* uma exigência necessária, mas que também não compartilha a condição de significância com Jeshion. A estratégia aqui será colocar a produção de novos pensamentos singulares no foco da atenção e caracterizar pensamentos descritivos como pensamentos relacionados à identificação de objetos. Se já identificamos o objeto e não precisamos mais identificá-lo, esse estado cognitivo gera pensamentos singulares, apenas integramos as novas peças de informação ao arquivo mental já existente. Nesse momento se dá o fluxo da informação e, principalmente, podemos abrir mão até mesmo da descrição que fixou o nome. No entanto, quando precisamos identificar um objeto, e ainda não fomos capazes de selecionar o arquivo mental adequado, esse estado cognitivo gera pensamentos descritivos, estamos consciente ou inconscientemente aplicando condições para reconhecer, dentre os objetos que se apresentam, qual satisfaz aquelas condições.

2 NOMES DESCRITIVOS E PENSAMENTOS SINGULARES

2.1 Nomes descritivos

Embora tenha sido Kripke (1980) quem chamou atenção pela primeira vez sobre os nomes descritivos, foram Evans (1982) e Kaplan (1989) os primeiros a discutir sobre a relação entre nomes descritivos e pensamentos singulares. Nomes descritivos são nomes introduzidos na linguagem por meio de expressões que descrevem o seu referente, descrições definidas. Usando o exemplo de Evans, podemos imaginar o caso onde ouvimos um diálogo sobre *o inventor do zíper*, e na sequência, nesse mesmo diálogo, alguém apresenta o nome “Julius”, para substituir a descrição definida. Agora ao invés de dizer “o inventor do zíper foi tal e tal” a pessoa diz “Julius foi tal e tal”, enquanto a identidade do referente continua praticamente desconhecida. Ou seja, enquanto sabemos que *o inventor do zíper* é o inventor do zíper, e que se chama Julius, não sabemos mais nada a respeito dele. Portanto, um nome descritivo é apenas um

nome fixado por meio de uma descrição definida, “o inventor do zíper”.

2.2 Pensamentos singulares

Pensamentos singulares são pensamentos sobre objetos particulares que se dão de forma direta, *i.e.*, que não são mediados por uma descrição definida ou qualquer outra *condição satisfacional*.¹ Por exemplo, podemos pensar em um objeto ao menos de duas formas, podemos pensar diretamente sobre Barack Obama, ou podemos pensar no 44º presidente dos EUA. Nos dois casos, estamos pensando sobre o mesmo objeto, Obama. Porém, no primeiro a relação entre o pensamento e o objeto se dá de forma mais íntima, particular e direta. Já no segundo caso, o pensamento é mediado por uma condição de satisfação, uma descrição definida, de modo que, nesse segundo caso, pensamos em Obama, mas de maneira indireta, mediado pela descrição “o 44º presidente dos EUA”. Dessa forma, pensamentos singulares se contrapõem a pensamentos gerais, pensamentos que podem ser caracterizados por meio de quantificadores e descrições definidas. A conexão entre o pensamento singular e o objeto não é satisfacional, mas sim relacional.

2.3 Os termos da disputa

Tendo em mente o que é um nome descritivo, um nome fixado unicamente por meio de uma descrição definida, e o que é um pensamento singular, um pensamento direto, mais íntimo, não mediado, podemos nos perguntar: é a introdução de um nome, fixado exclusivamente por meio de uma descrição definida, capaz de produzir um pensamento singular? Gareth Evans (1982) é absolutamente categórico em sua resposta: não, nomes descritivos não geram *novos* pensamentos singulares. David Kaplan (1989), ao contrário, é igualmente categórico ao responder que sim, *i.e.*, a introdução de nomes descritivos produz *novos* pensamentos singulares. Nas seções §3 e §4 vamos apresentar as noções de pensamento singular de cada autor, respectivamente Evans e Kaplan; nas seções §5 e §6 acompanharemos as tentativas de reconciliação entre as visões de Evans e Kaplan feitas por Marga Reimer e François Recanati. Apresentaremos em §7 uma crítica às tentativas de reconciliação de Reimer e Recanati e, por fim, em §8 apresentaremos uma noção de pensamento singular baseada em Jeshion (2010) e Imogen Dickie (2015) que responde a principal questão de Evans, “como novos pensamentos singulares são gerados?”.

3 EVANS SOBRE NOMES DESCRITIVOS

Vamos começar com a visão de Evans sobre a relação entre nomes descritivos e pensamentos singulares. Gareth Evans desenvolveu sua contribuição sobre pensamentos singulares na obra *The varieties of reference*. Evans nunca apresentou explicitamente o desenvolvimento de uma teoria de pensamentos singulares, a expressão “pensamento singular” aparece apenas algumas vezes em seu livro. A despeito disso, há um razoável consenso acerca de como Evans concebia pensamentos singulares.

Evans analisa o caso do nome “Julius”, estipulado para se referir àquela pessoa, seja ela quem for, que inventou o zíper. Agora, é essa expressão um recurso suficiente para produzir um *novo* pensamento singular? A resposta de Evans é não. “Nós não produzimos novos pensamentos (novas crenças) por meio de uma simples canetada (nas

palavras de Grice) – meramente pela introdução de um novo nome na linguagem” (Evans, 1982, p. 50).²

Quais são as razões que Evans oferece para justificar sua posição? Vejamos uma passagem onde ele se opõe à visão de que nomes descritivos produzem pensamentos singulares.

O pensamento expresso por “Julius é F” pode ser equivalentemente expresso por “o inventor do zíper é F”... Alguém que entende e aceita uma frase apresenta exatamente o mesmo estado de crença que alguém que entende e aceita a outra. *Estados de crença se distinguem pela evidência que os gera*, bem como pelas expectativas, comportamentos e outras crenças que podem ser derivados deles (em conjunto com outras crenças); em todos esses aspectos, os estados de crença associados às duas frases são indistinguíveis” (Evans, 1982, p. 50, minha ênfase).

O coração do argumento de Evans repousa sobre o conceito epistêmico de *evidência*. De acordo com a passagem, é justamente a evidência ou a *acquaintance* o que gera ou produz um novo pensamento singular, *i.e.*, aquilo que torna esse novo pensamento diferente do anterior, singular ao invés de geral. Apenas um contato perceptivo com Julius permitiria a expansão de nossas crenças: antes tínhamos apenas “o inventor do zíper” como informação, agora que temos contato perceptivo com ele podemos fazer novas inferências e expandir ainda mais o domínio de nossos pensamentos. Uma consequência disso é que, para Evans, um pensamento singular envolve essencialmente o objeto sobre o qual esse pensamento se dá. Segundo O. Hurry (2021):

[P]ara Evans, pensamentos singulares são dependentes do objeto (*object dependent*) e exigem para seu entendimento a satisfação do Princípio de Russell – de acordo com o qual alguém deve estar apto a distinguir (estar familiarizado com) um objeto para poder pensar singularmente sobre ele (Hurry, 2021, p. 9, minha ênfase).

Dessa forma, podemos explicar por que nomes descritivos não geram novas crenças, pois a introdução de um nome como “Julius” não expande o domínio epistêmico, sem evidência o pensamento permanece geral.

4 KAPLAN SOBRE PENSAMENTOS SINGULARES

David Kaplan (1989), ao contrário de Evans, acredita que nomes descritivos, nomes fixados na linguagem por meio de uma descrição definida, são recursos de pensamento singular. Essa doutrina ficou conhecida como instrumentalismo, que é basicamente a ideia de que nós temos autonomia para produzir ou gerar pensamentos singulares, mesmo na ausência de condições substantivas como *acquaintance*.

A meu ver, o contato com uma comunidade linguística em que nomes e outros elementos portadores de significado são transmitidos a nós, nos permite compreender pensamentos através da linguagem, que de outra maneira não nos seriam acessíveis. Chame isso de Tese instrumental (...). Nós podemos introduzir um novo nome ao descrever o referente ... [e] tais nomes são ainda assim diretamente referenciais e (...) tem a capacidade de ampliar aquilo que podemos expressar e apreender (Kaplan, 1989, p. 603).

A ideia de Kaplan nesse trecho é que mesmo sendo fixado por meio de uma descrição, o nome é diretamente referencial e possui a capacidade de ampliar aquilo que somos capazes de expressar e compreender. Fica claro que um dos pontos que liga

diretamente a discussão entre Kaplan e Evans é a expansão do domínio de nossos pensamentos e crenças.

Mas o que significa exatamente essa expansão? Após a apresentação da descrição definida, formamos um pensamento geral, e isso parece ser consenso entre Kaplan e Evans. Agora, após a fixação do nome, aquilo que está em jogo é se, além do pensamento geral que nós tínhamos, outro pensamento é gerado, um pensamento singular, aumentando o domínio de nossos pensamentos e crenças. Evans, como vimos, crê que essa expansão ocorre quando o sujeito que possui a crença estabelece um contato perceptivo com o objeto, mas Kaplan dispensa qualquer condição substancial para a formação de um pensamento singular, bastando a introdução do nome para que este estabeleça uma relação direta com o objeto ao qual se refere.

Kaplan, motivado por sua teoria de demonstrativos, não nega que pensamentos gerados por meio de um contato perceptivo (*acquaintance*) sejam pensamentos singulares, muito pelo contrário, esses pensamentos são paradigmas de pensamentos singulares e nesse sentido, suficientes para formação de novos pensamentos. No entanto, esses tipos de evidência não são necessários para novos pensamentos singulares.

Eu nada disse para contestar a epistemologia do defensor da *acquaintance* direta, nada para negar a existência de seu tipo especial de objeto com o qual se pode manter um tipo especial de contato. Apenas tenho negado a relevância dessas afirmações epistemológicas para a semântica da referência direta (Kaplan, 1989, p. 537).

Em *Demonstratives*, Kaplan não apela, portanto, à *acquaintance*, certamente, mas se refere em algumas passagens à *habilidade de manipular o aparato da referência direta*:

Não há nada inacessível à mente sobre a semântica da referência direta, até mesmo quando a referência é tal que a conhecemos apenas por descrição. O que nos permite tomar várias atitudes proposicionais em relação a proposições singulares não é a forma de nossa *acquaintance* com o objeto, mas sim a nossa capacidade de manipular o aparato conceitual da referência direta (Kaplan, 1989, p. 537):

Essa passagem mostra como Kaplan compreende o mecanismo por trás da produção/geração de pensamentos singulares, aqui o conceito principal é um pouco mais complexo do que a noção de *evidência*, pois trata-se não apenas de como novos pensamentos são produzidos, mas também daquilo que “permite que tenhamos uma atitude proposicional dirigida a uma proposição singular”, e aquilo que permite isso é nossa habilidade de manipular o aparato da referência direta. Agora a questão é saber em que consiste exatamente esse *aparato da referência direta*. Bem, no que consiste exatamente esse aparato? Um dos elementos que compõem esse aparato é certamente o termo que Kaplan cunhou como *dthat*.

Dthat é um operador que atua sobre o termo singular dentro de uma frase, marcando um uso referencial desse termo, mais especificamente de uma descrição definida. A ideia de Kaplan é uma adaptação da distinção entre uso atributivo e uso referencial de descrições definidas de Donnellan (1968). Kaplan compara uma descrição definida usada referencialmente com um gesto acompanhando o uso de uma expressão demonstrativa como “ele”, “aquele” e “lá”. Na prática, o que Kaplan afirma é que nesse caso a descrição tem a mesma função que um gesto indicativo acompanhando um demonstrativo, e portanto não deve fazer parte do conteúdo da proposição expressa, ela tem uma função meramente pragmática e não semântica. E para marcar o uso

referencial da descrição ele apresenta a seguinte construção: *dthat* [o inventor do zíper], e aqui ela não deve ser analisada de acordo com a teoria das descrições definidas.³

Kaplan, assim, concebe o operador *dthat* como parte essencial do aparato da referência direta, sobre o qual temos controle, e podemos livremente passar de “o inventor do zíper” para *dthat* [o inventor do zíper]. E é justamente dessa forma que Kaplan compreende como é possível a expansão de nossos pensamentos e crenças, pois diferente de “o inventor do zíper” que expressa uma proposição geral,⁴ *dthat* [o inventor do zíper] expressa uma proposição singular.

5 A TENTATIVA DE RECONCILIAÇÃO KAPLAN/EVANS DE MARGA REIMER

Marga Reimer, em seu brilhante artigo *Descriptive names and singular thoughts* (2020), apresenta uma análise onde tenta conciliar as duas visões contrárias de Evans e Kaplan. Reimer chama de *e-pensamentos* (*e-thoughts*) pensamentos singulares na visão de Evans, ‘e’ representando um predicado para “epistêmico”. Evans interpreta pensamento em um sentido que enfoca estados mentais e crenças. Já *s-pensamentos* (*s-thoughts*) Reimer usa para designar pensamentos singulares na visão de Kaplan, que por sua vez foca muito mais no conteúdo semântico, na estrutura e nos mecanismos do significado, o ‘s’ significando semântico. O movimento conciliatório de Reimer, *i.e.*, o argumento que emprega para justificar que, de certa forma, tanto Evans como Kaplan estão certos, consiste basicamente em dizer que *s-pensamentos* expressam, sim, pensamentos singulares, mas apenas no sentido da estrutura do conteúdo, e que *e-pensamentos* expressam um pensamento singular, mas no sentido de crenças ligadas a evidências amparadas em um contato perceptivo com o objeto. Desse modo, tanto Kaplan quanto Evans estariam corretos, porém o custo dessa conciliação é uma ruptura da noção de pensamento singular, pois agora existem dois tipos, *e-pensamentos* e *s-pensamentos*.

A estratégia de Reimer é 1) distinguir entre dois tipos de pensamento singular e 2) relativizar aquilo que os autores entendem por *expandir o domínio de nossos pensamentos e crenças*. 1) Reimer distingue *e-pensamentos* e *s-pensamentos*, chama ambos de pensamento singular e afirma que em alguns casos expressamos *e-pensamentos* e em outros casos *s-pensamentos*. Na sequência ela diz que essa estratégia respeita a ideia de Evans de que alguém não pode produzir novas crenças com uma simples “canetada”: “esse último ponto respeita a ideia consensual de Evans de que não se pode produzir novas crenças simplesmente com um canetada” (Reimer, 2020, p. 44) e também respeita a ideia de Kaplan de que *s-pensamentos* expandem aquilo que podemos expressar.

Ora, mas não é justamente isso que está em jogo, a introdução de um nome fixado por uma descrição sendo capaz de expandir nossos pensamentos e crenças? Uma reconciliação geralmente ocorre quando ambos abrem mão daquilo que inicialmente disputavam, e que era justamente o que gerava o impasse. O centro da disputa entre Evans e Kaplan é justamente se nomes descritivos são capazes de aumentar o domínio de nossas crenças e pensamentos e conseqüentemente expandir o domínio daquilo que podemos expressar. Eu alego que esse movimento não é conciliatório, pois dá a Evans o crédito maior. A distinção de Reimer é sutil, produzir novos pensamentos *versus* aumentar aquilo que somos capazes de expressar.

Assim, talvez nós possamos dizer que enquanto nomes descritivos são recursos potenciais de novos pensamentos singulares *qua* conteúdo semântico (*s-pensamento* singular), eles não são recursos potenciais de novos pensamentos

singulares *qua* crenças (e-pensamento singular). Em outras palavras, embora os nomes descritivos possam ser usados para a expressão de um novo conteúdo semântico singular, eles não podem (portanto) ser usados para a “impressão” (instalação, inculcação de uma nova crença singular) (Reimer, 2020, p. 44).

Porém, essa distinção leva a um cenário que dificilmente estaríamos dispostos a aceitar: imagine o período entre o desenvolvimento do modelo astronômico que previa a existência de Netuno e a observação de Netuno algum tempo depois. Nesse período seríamos forçados a assumir, segundo a distinção de Reimer, que ao menos entre o grupo de astrônomos envolvidos, todos eles apenas seriam capazes de *expressar crenças*, porém nenhum teria uma crença ou pensamento acompanhando a locução envolvendo “Netuno”. Todos os falantes dessa pequena comunidade seriam capazes de expressar pensamentos, enquanto ninguém dessa comunidade poderia apreender esses mesmos pensamentos. Temos um caso onde várias pessoas expressam coisas que não podem ser apreendidas nem pensadas por elas mesmas. Esse é um cenário muito estranho, e Kaplan certamente não está interessado apenas naquilo que somos capazes de expressar.

6 A SOLUÇÃO DE RECANATI

Assim como Reimer, Recanati também estava interessado em reconciliar as visões de Kaplan e Evans. Para isso ele usa um conceito que tem tido grande adesão por boa parte dos filósofos da linguagem recentemente, *arquivos mentais*. Arquivos mentais são estruturas cognitivas cuja principal função é armazenar, atualizar e administrar as informações que possuímos sobre indivíduos particulares. Um arquivo mental responde pela tarefa de manter juntos os predicados acerca de um objeto, como uma questão de arquitetura representacional: “Predicações ligadas ao mesmo arquivo, sendo sobre o mesmo objeto devido a uma questão de arquitetura representacional, estão *eo ipso* ‘coordenadas’ e licenciam trocas com base na identidade” (Recanati, 2020, p. 166). A teoria de arquivos mentais de Recanati está amparada sobre dois grandes princípios:

1. Pensar singularmente sobre um objeto *o* significa pensar em *o* através de um arquivo mental.
2. Para pensar singularmente em um objeto *o* através de um arquivo mental, o sujeito deve estar familiarizado (*acquainted*) com o objeto sobre o qual se pensa.

Duas coisas: primeiro, embora Recanati traga a noção de arquivo mental para dentro da discussão sobre pensamentos singulares, sua abordagem pende muito mais para o lado de Evans, pois Recanati é um grande defensor da *acquaintance*; segundo, como Reimer notou, esses dois princípios implicam que não é possível um sujeito ter ou abrir um arquivo mental para um determinado objeto sem estabelecer um contato perceptivo. Como Recanati compreende, portanto, a relação entre nomes descritivos e pensamentos singulares? Recanati acredita que embora o sujeito não esteja familiarizado com determinado objeto, ele é capaz de antecipar esse contato, ou espera em algum ponto no futuro estar diante de ou ter alguma sólida evidência sobre esse objeto. Recanati chama isso de exigência epistêmica.

Aquele que faz uso [de um nome] conhecendo o referente apenas por descrição (como nomes descritivos), ainda assim abre um arquivo mental para ele, pois é capaz de antecipar que logo estará familiarizado (*acquainted*) com o referente e

precisa de um lugar para armazenar informações sobre ele. Nesta interpretação, um arquivo pode ser aberto antes que a exigência epistêmica seja satisfeita. A exigência epistêmica todavia ainda permanece. A única razão para abrir um arquivo em tais casos é que o sujeito espera estar em uma relação apropriada com o referente. Assim, um arquivo mental ainda exige, para sua justificação, que o sujeito esteja em uma relação apropriada e informativa (*information-bearing relation*) com o referente. Esta... é a definição de teorias baseadas em familiaridade (*acquaintance*)... Assim, nada impede um teórico da familiaridade de assumir que há pensamento singular tão logo haja um arquivo mental, independentemente de o requisito de *jure* associado ser ou não de fato satisfeito (Recanati, 2012, p. 128).

Contudo, não é exatamente porque o ouvinte espera encontrar ou estar familiarizado (*acquainted*) no futuro com o objeto, a razão pela qual um arquivo mental é aberto. Basicamente porque o mesmo ocorre com objetos e personagens da ficção. De certa forma Recanati tem alguma razão, no sentido em que certamente, de um ponto de vista evolutivo, nossa capacidade de nomear coisas que não se podem tocar ou sentir, mas apenas pensar, seja o resultado de uma adaptação cuja finalidade servia a necessidades que certamente envolviam objetos observáveis no início. Mas, sem dúvida, se não fosse essa capacidade de representar objetos inobserváveis por meio de arquivos mentais, da mesma maneira que representamos objetos observáveis, não seria possível o surgimento da religião, da ciência e das artes. Portanto, a abertura de arquivos mentais não parece estar exclusivamente condicionada ao fato de esperarmos ter um contato com o objeto no futuro.

7 CRÍTICA AO EVIDENCIALISMO

Uma possível crítica ao evidencialismo surge se fizermos a mesma questão levantada contra o funcionalismo. Goodman questiona: se há reestruturação cognitiva, por que nós deveríamos pensar que o resultado seja converter pensamentos descritivos em pensamentos singulares? Ela se questiona se há reestruturação do pensamento, *i.e.*, um pensamento descritivo reestruturado em termos de um pensamento singular, qual é a natureza dessa reestruturação? (Goodman, 2022). Em outras palavras, o que torna um pensamento geral (um pensamento onde alguma descrição é essencial) em um pensamento singular (um pensamento onde a descrição que o fixou já não é necessária)? Mas, da mesma forma, devemos perguntar também ao evidencialista que tipo de reestruturação ocorre ao se acrescentar uma informação baseada em *acquaintance* ao conteúdo do pensamento. Se aprendo por testemunho ou descrição sobre a torre Eiffel, e tempos depois ouço mais informações sobre a Torre Eiffel, quando ela foi construída etc. isso certamente não torna um pensamento descritivo em um pensamento singular aos olhos do evidencialista, e nós concordamos que também não é isso que torna o pensamento descritivo em um pensamento singular. Agora, se eu vir um desenho sobre a Torre Eiffel, feito à mão, isso torna o pensamento singular? Ou uma foto? Alguns dirão que uma foto sim, não é difícil ter essa inclinação. Mas se o desenho tem uma qualidade melhor do que a foto? São problemas assim que fazem o evidencialismo parecer uma teoria não muito melhor do que o funcionalismo, o ganho em termos inferenciais certamente aumenta, mas será que também transforma todos os pensamentos descritivos em singulares?

Ou ainda tomando outro exemplo, o que muda depois da observação de Netuno no modelo que o descrevia? A resposta é que se o modelo estava correto, então nada muda em relação a esses pensamentos. A observação de Netuno não obriga os cientistas

a mudarem o modelo, apenas mais informação é acrescentada, talvez uma ou outra correção seja feita, alguns cálculos mais precisos surjam com essa observação. Contudo, descartar uma informação como menos precisa e adotar outra informação como mais precisa é basicamente um movimento que só é possível uma vez que já estávamos pensando singularmente sobre Netuno, caso contrário não poderíamos abrir mão das descrições que foram abandonadas sobre Netuno em detrimento das novas que foram acrescentadas. O pensamento em Netuno já era singular, ou seja, a descrição definida aqui não era essencial.

Outra possível objeção a Evans é que em muitos casos a descrição definida é usada de forma referencial, e o exemplo que ele dá é “O inventor do zíper é F”. Uma descrição definida em uso referencial não se refere de maneira satisfatorial, mas sim de modo relacional. O uso referencial da descrição expressa um pensamento singular. Pois a frase “o inventor do zíper não foi o inventor do zíper” não é contraditória. Para que ela seja contraditória teria de ser algo como “o inventor do zíper foi o inventor do zíper e não foi o inventor do zíper”. Desse modo, quando o nome “Julius” é trazido para o discurso, certamente a função permanecerá sendo a mesma, referencial. Quando “Julius” é fixado, a função referencial permanece.

O pensamento descritivo foi formado provavelmente na primeira vez em que ouvimos o termo singular “o inventor do zíper” e não tínhamos um arquivo mental para ele. Assim, após formado esse arquivo mental e fixado na conversa ou na leitura, quando não precisamos a todo instante invocar a questão “você está falando sobre o inventor do zíper?”, e as informações sobre esse indivíduo são automaticamente estruturadas neste mesmo arquivo, então o pensamento é singular. Eu acredito que a operação básica que converte um pensamento descritivo em um pensamento singular é uma operação da atenção. Vamos explicar melhor.

8 PENSAMENTOS SINGULARES

A ideia apresentada aqui é inspirada no trabalho de duas grandes filósofas, Robin Jeshion (2010) e Imogen Dickie (2015). Jeshion crê que pensamentos singulares são formados mesmo sem *acquaintance*, através de seu *critério de significação*. De acordo com o critério de significação de Jeshion, um objeto é significativo para um sujeito se esse objeto está envolvido de alguma forma com os planos, estados afetivos e motivações do sujeito. Para Jeshion, tanto uma criança que nunca conheceu a mãe quanto um casal de turistas que reconhece pegadas de um urso pelo caminho podem ter pensamentos singulares, tanto sobre a mãe quanto sobre o urso. O componente principal para a produção de pensamentos singulares aqui foi a forma como esses objetos, a mãe e o urso, impactaram os planos e estados afetivos dos sujeitos. Acreditamos que embora Jeshion esteja correta, e de fato o critério de significação de Jeshion seja uma condição suficiente para a produção de pensamentos singulares, essa condição não é necessária. Como Imogen Dickie apresenta em seu fascinante livro *Fixing reference* (2015), existe um critério ainda mais fino, que abrange os casos citados e também é de natureza cognitiva, o foco da atenção. Para Dickie, um pensamento singular sobre um objeto *o* é um pensamento onde *o* ocupa o *foco da atenção* desse pensamento. Há um papel fundamental do foco da atenção na produção de pensamentos singulares. Embora existam diferenças, as teorias sobre pensamento singular de Jeshion e Dickie possuem virtudes importantes que talvez possam ser dialeticamente bem acomodadas. Isso porque ambas estão apontando para o mesmo fenômeno, a atenção. Não é a preocupação com o objeto que cria um novo pensamento singular, mas sim a atenção

que devotamos ao objeto, uma vez que nossos planos, projetos e estados afetivos o envolvem. Mas, para compreender melhor, precisamos olhar mais detidamente para a atenção.

Existem duas operações importantes da atenção: *identificação* e *rastreamento*. A mente opera no estado computacional⁵ de identificação quando buscamos identificar um objeto. Isso geralmente ocorre quando você precisa encontrar um amigo em uma multidão; estamos buscando identificar entre vários objetos, várias pessoas em um show, qual delas é nosso amigo; ou quando estávamos distraídos quando paramos de ler nosso livro e já não nos lembramos sobre quem o autor está falando na frase que estamos lendo e somos obrigados a voltar um pouco; ou ainda, quando chegamos a uma roda de amigos que estão conversando sobre alguém que não sabemos quem é: nesses três casos estamos tentando identificar algum objeto. Nesses casos temos pensamentos descritivos, pensamentos onde alguma condição tem de ser satisfeita. No entanto, assim que identificamos, seja no show, no livro ou na conversa, de quem tratam aquelas informações, já não precisamos mais da descrição. A partir desse momento temos um arquivo mental aberto para esse objeto e assim é possível que se dê o fluxo de informação, agora as informações podem ser alocadas em um arquivo específico. Nesse momento, quando o objeto do discurso está fixado e não precisamos mais a todo instante reidentificar o objeto, o fluxo de informação é possível, e temos assim pensamentos singulares.

Em outras palavras, se para que uma peça de informação seja atribuída a um certo arquivo mental é necessário confrontá-la com uma descrição definida, então o pensamento é descritivo, o fluxo de informação é interrompido, a estrada está bloqueada, as informações são comparadas com a descrição e só entram no arquivo aquelas que forem coinstanciadas junto à descrição definida. Já se o trânsito está livre e as informações fluem em ambas as direções, o discurso está coordenado e os pensamentos envolvidos são singulares.

A questão agora é analisar como a introdução de um nome altera um pensamento descritivo, criando um novo pensamento singular. O que exatamente muda? A função de um pensamento singular é, basicamente, facilitar pensamentos neutros ou não descritivos sobre seus referentes. Isso é, um pensamento singular se dá quando a atenção está de alguma forma focada no objeto de modo a obter informações desse objeto e alimentar o arquivo mental correspondente. Não importa mais a descrição que fixou o nome, ela pode ser abandonada no decorrer do tempo, para pensar singularmente não precisamos sequer introduzir um nome próprio na conversa, a geração de um pensamento singular não depende disso.

Para que haja um pensamento singular, basta que se altere a função computacional de acordo com a qual nossa cognição interpreta e organiza as informações sobre objetos singulares. Se após identificado de qual objeto se trata, mesmo que não tenhamos um arquivo mental prévio, *i.e.*, quando percebemos que não temos um arquivo mental para aquele objeto, cria-se um arquivo imediatamente para conter as informações desse novo objeto. Quando isso ocorre, nossa mente gera novos pensamentos singulares. Pensamentos singulares, portanto, são gerados em um estado computacional no qual a mente não depende mais das informações descritivas que fixaram o objeto em nossa cognição.

Outra conclusão importante é que embora a principal diferença entre David Kaplan e Gareth Evans seja a *acquaintance*, o que está por trás da discordância entre os dois filósofos é se nomes descritivos podem ou não se transformar em pensamentos singulares. Novos pensamentos, para os defensores da *acquaintance*, surgem apenas mediante o contato perceptivo do sujeito com o objeto da percepção. Então o que está

em jogo não é exatamente a evidência ou as novas informações percebidas pelo sujeito no contato com o objeto, mas sim o poder de essas informações perceptíveis ampliarem a vasta extensão de nossas crenças. Mas se é assim, e se olharmos com mais cuidado, veremos que a maior parte do conhecimento que temos do passado é obtido por meio de descrições dos livros que lemos ou do testemunho de outras pessoas. Isso é o que de fato expande nosso conhecimento. Qual a diferença entre olhar para a Torre Eiffel e ter a crença que ela é feita de metal ou ler isso em um livro, ou ainda ouvir um amigo que voltou entusiasmado de Paris?

CONCLUSÃO

Nossa interpretação de pensamentos singulares dispensa a *acquaintance* ou qualquer tipo de evidência para tornar o pensamento singular. De acordo com nossa interpretação, formamos pensamentos singulares durante o processo de rastreamento da atenção, basta que você tenha e abra um arquivo mental para aquele objeto. Quando a referência é fixada no discurso e não é mais necessário ficar a todo instante reidentificando a referência dos nomes, das descrições ou dos indexicais envolvidos, quando se dá o fluxo de informação, temos um pensamento singular. Dessa forma, como pensamentos singulares se dão através de um mecanismo da atenção, ficamos a meio caminho entre o instrumentalismo de Kaplan e o cognitivismo de Jeshion. Não formamos pensamentos singulares a nosso bel-prazer, mas sim de acordo com as leis que regem os mecanismos da atenção, o que implica que, se um objeto é significante para nós, certamente abriremos um arquivo mental para ele e estaremos aptos a pensar sobre ele mesmo sem um contato. Minha proposta é ligeiramente mais restrita que a de Kaplan e mais ampla que a de Jeshion.

Mas como isso explica nomes descritivos e a geração de novos pensamentos singulares ou a expansão de nossos pensamentos? O mecanismo cognitivo por trás da expansão de nossas crenças está na mudança de função da atenção, em um momento verificando ou buscando identificar a referência, de que objeto tratam as informações que me estão sendo apresentadas, para só então integrar aquelas informações ao conjunto de informações mais apropriado, que quase sempre é o arquivo mental responsável pela administração e manutenção das informações daquele objeto específico.

REFERÊNCIAS

- ALMOG, J.; WETTSTEIN, H.; PERRY, J. (Ed.) *Themes from Kaplan*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1989.
- DICKIE, I. We are acquainted with ordinary things. In: JESHION, R. (Ed.) *New essays on singular thought*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 213-245.
- DICKIE, I. *Fixing reference*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- DICKIE, I. Cognitive focus. In: GOODMAN, R.; GENONE, J.; KROLL, N. (Ed.) *Singular thought and mental files*. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 223-250.
- DONNELLAN, K. Reference and definite descriptions. *Philosophical Review*, v. 75, p. 281-330, 1968.
- EVANS, G. *The varieties of reference*. Oxford: Clarendon Press, 1982.
- GOODMAN, R. Goodman, R. . On the supposed connection between proper names and singular thoughts. *Synthese*, v. 195, p. 197-223, 2016.

- GOODMAN, R.; GENONE, J.; KROLL, N. (Ed.) *Singular thought and mental files*. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- GOODMAN, R. Mental Filing. *Noûs*, v p. 204-226, 2022.
- HURRY, D. A. *Vindicating Evans: a defense of Evans' theory of singular thought*. 2021. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Western Ontario, Ontario, Canadá. Disponível em: <<https://ir.lib.uwo.ca/etd/7655>>.
- JESHION, R. (Ed.) *New essays on singular thought*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- JESHION, R. Singular thought: acquaintance, semantic instrumentalism, and cognitivism. In: JESHION, R. (Ed.) *New essays on singular thought*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 105-141.
- KAPLAN, D. Demonstratives: an essay on the semantics, logic, metaphysics, and epistemology of demonstratives and other indexicals. In: ALMOG, J.; WETTSTEIN, H.; PERRY, J. (Ed.) *Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press, 1989a. p. 481-564.
- KAPLAN, D. Afterthoughts. In: ALMOG, J.; WETTSTEIN, H.; PERRY, J. (Ed.) *Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press, 1989b. p. 565-614.
- KRIPKE, *Naming and necessity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.
- RECANATI, F. *Mental files*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- RECANATI, F. Coreference de jure. In GOODMAN, R.; GENONE, J.; KROLL, N. (Ed.) *Singular thought and mental files*. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 161-186.
- REIMER, M. Descriptive names and singular thought. In: GOODMAN, R.; GENONE, J.; KROLL, N. (Ed.) *Singular thought and mental files*. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 38-51.

NOTAS

- 1 Quando algum objeto tem de satisfazer uma condição como “ser o inventor do zíper”, a fim de ser o objeto acerca do qual o pensamento se dá.
- 2 A tradução desta e das demais citações diretas é nossa (tradução livre).
- 3 Para Donnellan, uma descrição definida em uso referencial, que, porém, é usada em um contexto onde o referente é conhecido apenas por meio de descrições, consiste em um pensamento geral.
- 4 Que deve ser analisada em termos da teoria das descrições de Russell.
- 5 A expressão ‘computacional’, nesse contexto, significa ‘processamento da informação’. Identificar e rastrear envolvem processamentos de informação distintos. Durante a *identificação* buscamos descobrir entre vários objetos qual é aquele que buscamos, de que objeto se trata, se já o conhecemos ou não, ou ainda em meio a um conjunto de objetos, qual é aquele que buscamos identificar. Já o *rastreamento* envolve acompanhar um objeto através de sucessivas mudanças sejam mudanças espaciais, conforme o objeto se move, ou mudanças de características observáveis. Nestes dois casos o processamento de informação é diferente, e assim a natureza dos pensamentos também difere entre descritivo e singular. Em virtude disso este artigo pode ser lido como uma tentativa de tomar os fenômenos ligados à identificação como fenômenos paradigmáticos de pensamento descritivo e fenômenos ligados ao rastreamento como paradigmas de pensamento singular.